

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1634 | 21 A 26 DE SETEMBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

ACORDO ASSINADO GARANTE DIREITOS E COMISSÃO DE TELETRABALHO JÁ ESTÁ INSTALADA

O Acordo aditivo dos funcionários do BNB foi assinado em Fortaleza, no dia 10/9. Compromisso da campanha salarial, a comissão sobre teletrabalho foi instalada dia 15 (págs. 5 e 8)

**Representação dos funcionários
quer reduzir a coparticipação da Cassi
(pág. 3)**

**Bancários aprovam, por ampla maioria,
acordo do teletrabalho no Bradesco
(pág. 7)**

DIREITOS GARANTIDOS NA CAMPANHA NACIONAL JÁ ESTÃO SENDO EFETIVADOS

Essa semana estamos aqui para falar da efetivação dos nossos direitos. Nós fechamos, recentemente, nossa campanha salarial dos bancários e estamos colhendo frutos da nossa Convenção e dos nossos acordos aditivos.

No último dia 4 de setembro, nós assinamos a nossa Convenção com a Fenaban e os acordos da Caixa e do BB. No dia 10, assinamos o acordo com a direção do BNB.

O BNB, por exemplo, já está efetivando um dos acordos assinados, sobre teletrabalho pós-pandemia e já instalamos a comissão paritária para debatermos o retorno do funcionalismo do banco ao trabalho presencial. A nossa diretora Carmen Araújo é a representante dos funcionários nessa comissão.

Outros bancos também já estão se manifestando sobre acordos de teletrabalho, como o que foi aprovado em assembleia virtual no Bradesco com mais de 90% dos bancários aprovando a proposta do banco que já foi assinada. O Bradesco foi o primeiro banco que efetivou esse acordo, mas é apenas o pontapé inicial. Nós já estamos negociando com os outros bancos para debatermos também com eles o home office. Nossa expectativa é que, em breve, outros bancos também apresentem suas propostas para essa questão.

Uma das coisas mais importantes nesse momento é o controle da jornada de trabalho. Esse foi um dos motivos pelo qual não conseguimos clausular o teletrabalho na nossa Convenção com a Fenaban, pois muitos bancos tinham alguns problemas em como fazer o registro de jornada. Mas isso foi acordado com o Bradesco, que também se compromete a fornecer equipamentos de trabalho e acompanhar a saúde dos bancários que estão em home office. Criação de grupo de trabalho paritário de acompanhamento e canal de apoio ao bancário que está em teletrabalho. E vamos acompanhar, como sempre, todo esse processo.

Com relação à PLR e programas próprios de remuneração, o prazo para pagamento é até o dia 30/9, mas alguns bancos, a pedido do Sindicato e do Comando Nacional, já estão antecipando o pagamento: o BB pagou dia 11/9, a Caixa dia 14, o Bradesco dia 17. No Santander, um acordo aprovado também virtualmente, garantiu o pagamento para o dia 30 da PLR e de um programa próprio do banco. Além disso, o Itaú paga PLR e PCR dia 21 e o Safra dia 25, com um adicional para os funcionários. As diferenças dos vales e o reajuste devem sair até o final do mês.

Mas, o mais importante dessa campanha, sem dúvida, foi a manutenção de todos os nossos direitos. Num cenário econômico e político que estamos atravessando, com várias categorias tendo seus direitos retirados, a garantia de manutenção dos nossos direitos por mais dois anos é a principal de nossas conquistas.

Enfim, foi uma negociação difícil este ano, por todo o cenário, agravado mais ainda pela pandemia, com os banqueiros querendo mexer em vários direitos, como PLR, 13ª cesta, gratificação, entre outros e, com nossa resistência e mobilização, conseguimos barrar esses retrocessos. É preciso que a categoria entenda que nenhuma dessas conquistas foi dada pelos bancos, mas conquistadas por nós com muita luta, determinação e resistência. É o Sindicato que defende o trabalhador a todo momento, sem descanso. Estamos sempre #NaLutaComVocê.



José Eduardo Rodrigues Marinho

Presidente em exercício
do Sindicato dos Bancários
do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

CASSI: CONTRAF-CUT E ENTIDADES LUTAM PARA REDUZIR VALORES DA COPARTICIPAÇÃO

“...aprova, por maioria, a alteração do percentual de coparticipação, até que haja implementação efetiva de medidas com vistas ao equilíbrio econômico-financeiro da Cassi”. O trecho se refere à decisão do Conselho Deliberativo da Cassi sobre o aumento da coparticipação a partir de janeiro de 2019. Nela, o colegiado demonstra a necessidade de alteração da cobrança, naquele momento, em razão do déficit nas contas da Cassi. Porém, deixa claro que a revisão dos patamares de coparticipação seria necessária tão logo fossem implementadas as medidas indispensáveis para o equilíbrio financeiro da Caixa de Assistência. No entanto, essa parte da decisão ainda não está sendo cumprida.

Para cobrar um posicionamento sobre esse tema que onera exclusivamente os associados, as entidades que integram a Mesa de Negociação se reuniram, dia 9/9, por videoconferência, com a Diretoria da Cassi. Dada a sua relevância, a coparticipação sempre esteve entre os temas discutidos pela Mesa de Negociação durante a proposta de sustentabilidade da Cassi. Tal fato se fez necessário porque, a partir de janeiro/2019, a Caixa de Assistência promoveu aumento significativo na cobrança que incide sobre a realização de exames e consultas, sob o argumento de que as contas da Cassi precisavam de um incremento.

Ao longo do processo negocial, para garantir uma proposta justa aos associados, as entidades que integram a Mesa de Negociação se ampararam na decisão do Conselho Deliberativo e firmaram um compromisso também com a Diretoria da Cassi sobre a retomada dos índices de coparticipação aos patamares de 2018. No entanto, apesar do entendimento unânime de todos os representantes de funcionários da ativa e aposentados sobre o que foi acordado, a Diretoria da Cassi não reconhece o compromisso feito no processo negocial.

Para as entidades que vêm buscando fortalecer um modelo de diálogo mais transparente com a Cassi em benefício dos associados, o não reconhecimento desse compromisso gera perplexidade. Os representantes do funcionalismo cobram



que houve empenho de palavra junto aos associados sobre o tema coparticipação e o rompimento do que foi acordado representa quebra de confiança. É preciso que haja comprometimento com os assuntos que foram informados aos associados.

COPARTICIPAÇÃO NÃO É RECEITA
– A reivindicação das entidades para que a coparticipação retorne aos patamares de 2018 (10%, para exames, e 30% para consultas) ocorre em momento oportuno, já que o novo modelo de custeio está refletindo bons resultados para a Cassi. Entretanto, a Diretoria da Cassi entende a cobrança da coparticipação como receita adicional relevante para a sustentabilidade

da Caixa, sem levar em conta o ônus que ela representa para os associados que mais necessitam de atenção à saúde. As entidades vêm mostrando à Cassi que a coparticipação não pode ser considerada uma receita, e sim um fator moderador de utilização dos serviços de assistência médica – portanto, um redutor de despesas.

Além da coparticipação, as entidades questionaram o corte radical na Lista de Materiais e Medicamentos Abonáveis – LIMACA, já que mais de 1.800 medicamentos foram excluídos da lista. Sobre esse tema, a direção da Cassi vem sendo cobrada sistematicamente, em particular as diretorias eleitas, mas não houve apresentação de qualquer proposta ou estudo.



POPULAÇÃO BRASILEIRA É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA, DIZ PESQUISA

Pesquisa divulgada dia 10/9, realizada pela Exame/Ideia, especializados em opinião pública, constatou que a maioria da população brasileira (49%) é contrária à privatização da Caixa Econômica Federal. Enquanto 22% disseram ser a favor e 19% dos entrevistados ficaram neutros, 9% não souberam opinar a respeito.

A pesquisa foi realizada com 1.235 pessoas, por telefone, em todas as regiões do país, entre os dias 24 e 31/8. Os entrevistados também foram ouvidos sobre as privatizações da Petrobras e Correios. E mostraram, de um modo geral, serem contrários às privatizações.

A privatização da Caixa Econômica voltou a ser tema de debate depois da publicação, pelo Governo Federal, da Medida Provisória (MP) 995, no início de agosto. O texto abre caminho para a privatização do banco, uma vez que autoriza as subsidiárias da Caixa a constituírem outras subsidiárias (inclusive pela incorporação de ações de sociedades empresariais privadas).

A MP tem como uma das finalidades, de acordo com o seu artigo 2º, o “desinvestimento” da Caixa e de suas subsidiárias. A matéria está na Câmara dos Deputados e, a partir do próximo dia 21/9, passará a tramitar em regime de urgência. O texto já recebeu 412 emendas, tanto por parte de deputados como de senadores dos mais variados partidos, contrários ao seu conteúdo.

ENQUETE NO SENADO – Enquete que está sendo realizada pelo portal do Senado na internet mostra grande rejeição a essa privatização. O portal aponta que o dia 10/9, 19.403 pessoas votaram contra a MP, contra 619 votos favoráveis. A visão da maior parte dos que são ouvidos sobre o tema é que a medida provisória desrespeita não apenas a Constituição Federal, mas também o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). “Trata-se, na verdade, de uma manobra clara do governo Bolsonaro para fatar e depois vender a Caixa, que tem comprovado ser essencial no socorro à população brasileira, especialmente, nesta crise sem precedentes provocada pela pandemia do coronavírus”, avalia o presidente da Fenae, Sérgio Takemoto.

ITAÚ QUEBRA COMPROMISSO E DEMITE DURANTE A PANDEMIA



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu, dia 15/9, com representantes do banco para protestar contra as demissões que ocorreram em várias cidades. Os desligamentos contrariam o compromisso da direção do Itaú de não demitir durante a pandemia do coronavírus (Covid-19). Foram 130 demissões somente na área de Veículos, além de outras que ocorrem nas agências. Os representantes do Itaú disseram inicialmente que os desligamentos ocorreram na área de Veículos. No entanto, membros da COE afirmaram que também foram registradas demissões em agências, fato admitido pelo banco.

O Itaú teve um lucro de R\$ 28 bilhões no ano passado, desenvolve uma campanha para mostrar seu lado humano na pandemia, mas demite funcionários durante a maior crise sanitária vivida pelo país nos últimos 100 anos. “Eles têm gordura financeira para segurar seus funcionários. Fomos pegos de surpresa nesse momento crítico. Não cumpriram o compromisso de não demitir na pandemia. Queremos que o banco reveja essas demissões e discuta a realocação desses funcionários”, afirmou Jair Alves, coordenador da COE do Itaú.

CAMPANHA – Mesmo reafirmando a importância do diálogo na mesa de negociações, os membros da COE decidiram reforçar o diálogo com os funcionários do banco e preparar uma campanha para denunciar as demissões no Itaú. A denúncia da quebra do compromisso será divulgada nas redes sociais, com a #ItaúPareDeDemitir.

Os membros da COE cobraram mais transparência nos números de funcionários a serem atingidos pelas mudanças e que todos sejam realocados em outras áreas da instituição.

“Essas demissões não estão ocorrendo apenas na área de veículos. Elas vêm ocorrendo no Brasil todo, principalmente, nos cargos de gerência. Tivemos também demissões de caixa dentro de agências”, afirmou Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú.



ACORDO COLETIVO DOS FUNCIONÁRIOS DO BNB É ASSINADO EM FORTALEZA

A Contraf-CUT assinou, dia 10/9, o Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em evento realizado na sede administrativa do Banco, em Fortaleza. A reunião teve a participação do secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga e do presidente do BNB, Romildo Rolim.

Participaram ainda diversos representantes da direção do Banco, além da representação da Fetrafi/NE, Feeb BA/SE, dos Sindicatos da Paraíba, Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe e da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB), que assessora a Contraf nas negociações com o Banco.

A renovação do ACT, com validade de dois anos, garante a manutenção de todos os direitos clausulados anteriormente, além de reajuste de 1,5% e abono de R\$ 2 mil em 2020, mais inflação e ganho real de 0,5% (acima da inflação) em 2021 sobre todas as verbas de natureza salarial e benefícios.

O secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga, ressaltou a importância de a direção do BNB ter sido a única que recebeu o movimento sindical, tanto na entrega da minuta específica, quanto na celebração da assinatura do acordo. "Todos queremos o mesmo: o fortalecimento da atuação do BNB no desenvolvimento do Nordeste. Nessa pandemia, sem a atuação do BNB, tudo seria muito mais difícil para a nossa região", destacou ele, enfatizando que a votação on line dos funcionários do BNB para avaliação do acordo foi a mais participativa, com 89% de aprovação.

A representação dos funcionários destacou ainda a importância da cláusula sobre teletrabalho. Na ocasião, o Banco se comprometeu a apresentar até o próximo dia 18/9 uma proposta de transição para o retorno ao trabalho presencial para aqueles que pertencem ao grupo de risco. Pelo calendário apresentado anteriormente pela direção do BNB, o prazo para retorno de 100% do quadro se daria no dia 21/9.

O presidente do BNB, Romildo Rolim, destacou que a campanha salarial foi pautada pelo diálogo e, nesse momento de pandemia, isso é muito importante. "O Banco passou por esse período valorizando, principalmente, a segurança e a saúde de todos, mas sem abandonar a gestão e atuação do BNB, sempre respeitando todos os protocolos de saúde", disse.

"Gostaria de destacar aqui a sensibilidade com que os pleitos dos trabalhadores são recebidos por parte a direção do Banco e atribuo isso ao fato de o presidente do BNB ser um funcionário de carreira. O principal pilar desse canal de diálogo é a negociação, pois com ela conseguimos avanços importantes para o funcionalismo. Este ano, mesmo num cenário totalmente adverso, conquistamos avanços e, o mais importante, garantimos a manutenção de todos os nossos direitos", finalizou Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB).

APROVEITE NOSSA PARCERIA COM O COLÉGIO BATISTA

Através de convênio firmado com o Sindicato dos Bancários do Ceará, o Colégio Batista se compromete a conceder aos sindicalizados, funcionários e filhos destes descontos especiais, tanto na matrícula, como nas mensalidades. A tabela de descontos é progressiva.

Além disso, os novos alunos que se matricularem até 30 de setembro terão desconto de 35% na matrícula e ganharão um smartband Mi Band 4.

Mais informações pelo whatsapp 99982 0145 (Dâmaris). Matrículas remotas pelo número 4008 2387. Os bancários podem visitar também o site da instituição (www.batista.g12.br).

COLÉGIO BATISTA PLANO EMPRESA

Matricule seus filhos ou dependentes em uma das mais tradicionais escolas do Ceará, e receba uma **Mi-Band4,*** sem sorteio no ato da matrícula.

* Promoção exclusiva para novos alunos.

35%

DE DESCONTO
NO ATO DA MATRÍCULA
ATÉ 30/09/2020



DESCONTO TAMBÉM NAS MENSALIDADES!

1 filho: 30%	3 filhos: 30%, 35%, 40%
2 filhos: 30%, 35%	4 filhos: 30%, 35%, 40%, 45%

Maiores informações pelo
Whatsapp: **99982.0145** (Dâmaris)
Matrículas remotas pelo whatsapp: 4008.2387
www.batista.g12.br



Colégio Batista
70 anos educando para a vida





Mês de aniversário de contrato

Não perca essa chance!
Faça seu plano agora
com **carência zero**
no mês de setembro.

Najara Holanda | (85) 98956-6592
najara.holanda@unimedfortaleza.com.br



MÊS DE ANIVERSÁRIO DO CONVÊNIO SINDICATO E UNIMED TRAZ VANTAGENS PARA OS ASSOCIADOS

O convênio entre o Sindicato dos Bancários do Ceará e a Unimed Fortaleza está fazendo aniversário neste mês de setembro e traz ainda mais vantagens para os associados da entidade.

Durante todo o mês de setembro, todas as novas adesões serão sem carências, com uma tabela diferenciada para associados e seus dependentes.

No plano com a Unimed Fortaleza, o bancário filiado poderá contar com os serviços de Unimed Fone, Remoção Aérea, Auxílio Funeral e um seguro Remissão que garante, em caso de falecimento do titular, os dependentes no plano poderão contar com a quitação do pagamento de 12 mensalidades do plano de saúde.

Mais informações:

Najara Holanda – Promotora da Qualidade

Fone: (85) 98569.6592

www.unimedfortaleza.com.br

CONVÊNIO COM NUTRICIONISTA OFERECE DESCONTOS ESPECIAIS PARA ASSOCIADOS

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a nutricionista Mítia Mota, que oferece atendimento e consultoria nutricional, atuando na área clínica, com abordagem comportamental.

Com a parceria, os bancários associados terão desconto de 15% no valor da consulta, com direito a um retorno.

Mítia Mota é graduada pela Unifor e pós-graduada em Nutrição Funcional. O atendimento é realizado na Av. Viena Weyne, 680 – Lago Jacarey, no Cambéa. Mais informações pelo telefone: (85) 99768-6916 - e-mail: mitiamotanutri@gmail.com.



BANCÁRIOS DO BRADESCO APROVAM ACORDO DE TELETRABALHO COM 91,15% DOS VOTOS

Com 91,15% dos votos favoráveis, os bancários do Bradesco no Ceará aprovaram o acordo de teletrabalho (home office) para o pós-pandemia. A votação foi realizada em assembleia virtual entre às 16h de sexta-feira, 11/9 e às 16h de sábado 12/9. Apenas 8,85% dos votantes disseram não ao acordo. A assembleia virtual, através do sistema Vota Bem, teve um total de 260 votos válidos, com aprovação de 237 bancários e 23 se manifestaram pelo não.

“A proposta apresentada pelo Bradesco contém os principais itens que cobramos nas negociações da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Foram questões levantadas em uma pesquisa que fizemos com 11 mil bancários que entraram em teletrabalho logo no início da pandemia e que tiveram que se adaptar. Desde o início das negociações fomos melhorando essas propostas”, explicou a presidenta Contraf-CUT, Juvandia Moreira, coordenadora do Comando Nacional da categoria.

O teletrabalho não foi aprovado na negociação da CCT com a Fenaban porque não havia uma posição unificada das instituições bancárias em relação ao que estava sendo proposto pelo movimento sindical. O Comando Nacional defendia pontos prioritários sobre teletrabalho: ajuda de custo para quem trabalhasse em casa; controle da jornada de trabalho; fornecimento pelo banco de equipamentos necessários para o teletrabalho; móveis adequados às normas ergométricas e de saúde, curso pra quem aderir ao teletrabalho; acompanhamento especial no periódico; canal de apoio, além de outros pontos. O Bradesco concordou com as condições.

Veja os principais pontos do acordo

AJUDA DE CUSTO: A proposta prevê ajuda de custo de R\$ 1.080,00, no primeiro ano, para cobrir gastos adicionais com o teletrabalho (internet, luz etc), caso o banco não ceda a cadeira. Se o banco conceder em comodato a cadeira, a quantia será de R\$ 960,00. No primeiro ano, a ajuda será paga de uma única vez. Nos anos seguintes, o banco vai pagar a quantia de R\$ 960,00, que poderá ser paga de uma só vez ou em até 12 vezes. O bancário precisa concordar em ir para o regime de teletrabalho. Não será obrigatório.

JORNADA DE TRABALHO: O Bradesco concordou em adotar o controle da jornada, por meio de programa de computador para registro dos horários de trabalho e/ou por regime de exceção. O banco irá respeitar intervalos para refeição e períodos de descanso. Ligações de áudio ou vídeo, mensagens escritas, ou qualquer outra atividade laboral nesses períodos serão proibidas ou, caso ocorram, serão devidamente computadas como horas extras.

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: O banco fornecerá notebook ou desktop, mouse, teclado independente e headset, ficando o empregado responsável pela guarda, conservação e devolução.

TREINAMENTO: Serão realizados programas de treinamento para quem for incluído no regime de teletrabalho, assim como para os seus gestores.

SAÚDE: O banco promoverá orientação a todos os empregados em regime de teletrabalho sobre medidas de prevenção de doenças e acidentes do trabalho, por meio físico, digital ou treinamentos à distância. O banco também realizará acompanhamento especial no exame periódico de quem estiver em teletrabalho.

CANAL DE APOIO: O Bradesco disponibilizará canal de apoio para orientações aos funcionários sobre procedimentos profissionais ou equipamentos.

ACOMPANHAMENTO: Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar a aplicação do acordo.

COMISSÃO PARITÁRIA SUGERE E BANCO PRORROGA TELETRABALHO ATÉ 4/10

A Comissão Paritária do teletrabalho, instalada dia 15/9 em cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, assinado pela Contraf/Sindicato e direção do BNB, teve sua primeira iniciativa aprovada pela diretoria da Instituição, prorrogando o início do retorno do trabalho presencial para o próximo dia 4 de outubro. Antes, o retorno estava previsto para o dia 21 deste mês.

A prorrogação é uma conquista fruto da negociação e do diálogo permanente entre as entidades sindicais e a alta administração do Banco, ressaltando nesse particular, o papel significativo do próprio Presidente do BNB, Romildo Rolim, e do Diretor Administrativo, Haroldo Maia.

A titular da Comissão, indicada pelos Sindicatos e Contraf, Carmen Araújo, diretora do SEEB/CE, está dialogando diariamente com a representação do Banco e já anuncia como passo seguinte a ser acordado com a Empresa a garantia de permanência no teletrabalho de todos os colegas que apresentarem atestado médico comprovando serem portadores de doenças como diabetes, hipertensão, asma, problemas cardíacos, pulmonares e outros fixados no protocolo que baseia o decreto do estado de calamidade causada pela Covid-19.

“Até o dia 4 de outubro, a Comissão deve finalizar propostas para que o retorno presencial ocorra respeitando os protocolos de saúde e as necessidades operacionais do Banco”, afirma Carmen Araújo.



“Estamos vigilantes para garantir os direitos dos funcionários, à luz da ciência e dos cuidados com a saúde das pessoas. Contamos para isso com o respaldo de um Acordo Coletivo assinado com o Banco e que será respeitado com certeza, tendo em vista a postura sempre correta e receptiva da administração do Banco”

Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB)

Vacina de Oxford

Os testes da vacina contra a Covid-19 desenvolvida em conjunto pela Universidade de Oxford e pela farmacêutica AstraZeneca foram suspensos temporariamente. A farmacêutica esclareceu que o protocolo de segurança foi acionado após um dos voluntários no Reino Unido apresentar reação adversa que pode estar vinculada à vacina. A suspensão vale também para o Brasil, de acordo com a Universidade Federal de São Paulo, uma das responsáveis pelo estudo no país. A Unifesp informou que 5 mil voluntários brasileiros já foram vacinados e que “não houve registro de intercorrências graves de saúde”.

Alimentação em alta

A inflação dos alimentos no domicílio acelerou de julho para agosto, levando o acumulado em 12 meses a 11,39%, taxa muito acima da inflação medida pelo IPCA, que ficou em 2,44% no período. No acumulado até julho, a alta era de 10,1%. Apenas neste ano, até agosto, os alimentos no domicílio subiram 6,10%. Até julho, a alta tinha sido de 4,89%. Os preços dos alimentos têm sido pressionados por fatores como uma maior demanda na pandemia.

Máscaras nas eleições

O TSE lançou o Plano de Segurança Sanitária para as eleições municipais de 2020. Em função da pandemia, o tribunal estabeleceu que só poderão entrar nos locais de votação se estiverem usando máscaras faciais e deverão higienizar as mãos com álcool em gel antes e depois de votar. A distância de um metro entre as demais pessoas também deverá ser mantida. O TSE recomenda ainda que o eleitor leve sua própria caneta para assinar o caderno de votação.